

1 No dia 28 de junho de 2006, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético – DPG,
2 situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 18ª Reunião Ordinária
3 da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros
4 da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias**
5 (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sr. **Clóvis Andrade Júnior**
6 (suplente), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; Sra. **Márcia Chame dos**
7 **Santos** (titular) e Sr. **André Fenner** (suplente), representantes do Ministério da Saúde – MS; Sra.
8 **Adriana Sader Tescari** (titular), representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sr.
9 **Gustavo Teixeira Lino** (titular), representante do Ministério do Planejamento – MP; Sra. **Fani**
10 **Mamede** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. **Luiz Antônio**
11 **Dombek** (suplente), representante do Ministério da Integração Nacional – MI; Sr. **Marcelo**
12 **Barbosa Sampaio**, (suplente) representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da
13 Presidência da República; Sra. **Maria Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro
14 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Wilson Loureiro**
15 **(suplente)**, representante da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente –
16 ABEMA, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
17 Sra. **Ivaneide Bandeira** (titular), representante dos Movimentos Ambientistas indicados pelo
18 Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **Lúcio**
19 **Flores** e Sra. **Joenia Batista Carvalho**, representantes da Coordenação das Organizações Indígenas
20 da Amazônia – COIAB; Sr. **Angelo Rafael Greco** (titular), representantes da Confederação
21 Nacional da Agricultura – CNA. Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do
22 Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Na reunião também estavam presentes: Sra
23 **Elisa Romano** da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Sra. **Lúcia Maria Alcântara de**
24 **Medeiros**, Sr. **Moacir Arruda** e Sr. **Hugo Vercillo** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
25 Recursos Naturais Renováveisdo IBAMA; Sr. **Antônio Edson Guimarães Farias**, Sr. **Lídio**

26 **Coradim**, Sra. **Andreína D'Ayalla Valva**, Sr. **Mauro Pichorim**, Sra. **Érica Frazão Pereira**, Sra.
27 **Gláucia Jordão Zerbini**, Sra. **Luciana Aparecida Z. Andrade**, Sra. **Núbia Cristina B. Silva**, Sra.
28 **Vivian Beck Pombo**, do Ministério do Meio Ambiente - MMA. A pauta da reunião compreendeu
29 os seguintes itens: 1. **ABERTURA**; 2. **APROVAÇÃO DA PAUTA**; 3 - **APROVAÇÃO DAS**
30 **ATAS: 17ª Reunião Ordinária, e 9ª Reuniões Extraordinárias**; 4. **ASSUNTOS PARA**
31 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Resultados da Câmara Técnica Temporária da Caatinga - 4.1.1 –**
32 **Minuta de deliberação sobre a criação, implantação e implementação de Áreas Protegidas através de**
33 **planejamento sistemático para a conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma**
34 **Caatinga; 4.1.2 - Minuta sobre formas alternativas de acesso e garantia a créditos, credenciamento**
35 **de cooperativas de crédito, adoção de critérios sócioambientais e outras medidas relacionadas ao**
36 **financiamento de projetos ligados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade do bioma**
37 **Caatinga; 4.1.3 - Dispõe sobre estratégias que visam incorporar o uso sustentável em processos**
38 **produtivos que utilizam a biodiversidade da Caatinga; 4.2 -Texto final da deliberação que cria a**
39 **Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras**; 5. **INFORMES: 5.1 – Câmara**
40 **Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento da Implementação do PAN-Bio; 5.2 –**
41 **Novas regras para alocação dos Recursos GEF – RAF (Resource Allocation Framework); 5.2 – Dia**
42 **Internacional da Biodiversidade - Lançamento do Fórum Brasileiro pela Extinção Zero e assinatura**
43 **do Protocolo de Intenções para a Implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção**
44 **Zero; Memorando de Adesão ao Programa Global sobre Espécies Exóticas Invasoras - GISP; 6.**
45 **ENCERRAMENTO.** O Sr. **Paulo Kageyama** iniciou a reunião às 10h00min, cumprimentou todos
46 os presentes e em seguida colocou a pauta em votação, perguntando se existia alguma sugestão de
47 alteração. A Sra. **Adriana Tescari** explicou que não poderia ficar até o final da reunião, mas
48 gostaria de apresentar um relato da primeira Reunião do Órgão Reitor do Tratado sobre Recursos
49 Fitogenéticos para a Alimentação após a aprovação das atas. A pauta foi aprovada por unanimidade,
50 com a alteração sugerida pela Sra. **Adriana Tescari**. Seguiu-se para o item 2, aprovação das atas. A

51 ata da 9ª Reuniões Extraordinárias foi aprovada sem alterações com uma abstenção (MRE) e a ata
52 da 17ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade, após as modificações sugeridas pela Sra.
53 **Adriana Tescari** e Sr. **Angelo Greco**. Em seguida, o Sr. **Paulo Kageyama** passou a palavra para a
54 Sra. **Adriana Tescari** realizar o relato sobre a Reunião do Tratado. A Sra. **Adriana Tescari**
55 informou que se realizou do dia 12 ao dia 16 de junho passado a Primeira Reunião do Órgão Reitor
56 do Tratado sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura. Relembrou que
57 depositou-se o instrumento de ratificação no dia 22 de maio deste ano e que o Tratado entrará em
58 vigor em agosto, 90 dias depois do depósito do Instrumento de Ratificação. Considerou ser um
59 Tratado muito importante, pois visa facilitar o intercâmbio de material genético que tenha como
60 destinação a alimentação e a agricultura. Também considerou esta reunião importante, por ter sido a
61 primeira reunião do Órgão Reitor que congregou todos os Estados partes do Tratado. Explicou que
62 o Brasil ainda não se encontrava na condição de Estado parte, por ter depositado o instrumento de
63 ratificação apenas em maio. No entanto, foi aprovada a participação plena do Brasil na Reunião.
64 Informou que a Reunião aprovou uma série de documentos extremamente importantes como as
65 regras de procedimento do tratado; as regras financeiras do Tratado, que vão determinar as
66 contribuições dos Estados; a estratégia de financiamento do Tratado, importante para os países em
67 desenvolvimento, porque diz respeito a provisão de fundos para a conservação e o uso sustentável
68 dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura. Comunicou também que foi iniciado
69 um processo de definição de procedimentos para a verificação do cumprimento do tratado.
70 Considerou que o resultado mais importante da reunião foi a adoção do acordo padrão de
71 transferência de material. Esse acordo padrão será assinado entre empresas públicas ou privadas que
72 façam transferência de material fitogenético para os fins do tratado. Informou que foi uma
73 negociação muito difícil, pois nesse acordo se definiu, por exemplo, porcentagem de repartição de
74 benefícios. O Tratado determina que os benefícios resultantes da utilização desses recursos
75 genéticos sejam direcionados para o sistema multilateral e para a conservação e uso sustentável dos

76 recursos fitogenéticos que estão dentro do sistema. Considerou que para o Brasil foi muito
77 importante a negociação desse instrumento, uma vez que somos um país rico em biodiversidade,
78 mas que ao mesmo tempo que detém biotecnologia e que faz pesquisa com recursos fitogenéticos.
79 Disse que a delegação brasileira foi composta por representantes do Ministério das Relações
80 Exteriores, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura; que a delegação foi
81 bastante ativa, e praticamente se tornou a porta-voz dos países em desenvolvimento na reunião,
82 participou de todas as negociações e por fim, se logrou adotar o acordo. Finalizou sua apresentação
83 se colocando à disposição para perguntas e comunicou que esta seria a sua última reunião na
84 CONABIO, devido a sua saída da Divisão de Meio Ambiente. O Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu a
85 excelente apresentação e considerou que esta reunião foi muito importante para o Brasil e para os
86 recursos genéticos. Parabenizou a Sra. **Adriana Tescari** por sua promoção, mas considerou que sua
87 saída será uma grande perda para a CONABIO. O Sr. **Ângelo Greco** perguntou se houve
88 participação da iniciativa privada e se as organizações não governamentais estavam presentes no
89 encontro. A Sra. **Adriana Tescari** explicou que a Reunião do Tratado de Fitogenéticos tem um
90 perfil diferente da Convenção sobre Biodiversidade Biológica por não existir uma participação ativa
91 de organizações não governamentais. Ressaltou que na delegação brasileira o Sr. Joaquim
92 Machado, do Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, participou como
93 observador. Hove também diálogo com pessoas da Sociedade Civil, que decidiram por não
94 participar, pois não seriam tratados temas de seu interesse, tais como conhecimentos tradicionais.
95 Desta forma, a reunião propriamente dita foi realmente mais governamental. A Sra. **Marcia Chame**
96 perguntou se foi abordado na reunião assuntos relativos a plantas medicinais e fitoterápicos. A Sra.
97 **Adriana Tescari** explicou que o Tratado é bem explícito ao dizer que o uso é somente para a
98 alimentação e agricultura. Neste acordo de transferência de material existe uma cláusula onde o
99 receptor se compromete a utilizar o material unicamente para a alimentação e agricultura. Qualquer
100 uso que não seja esse, retorna à CDB. O Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu novamente à Sra Adriana

101 Tescari e deu início ao item 4 – Assuntos para Deliberação. Item 4.1 – Resultados da Câmara
102 Técnica Temporária da Caatinga. Relembrou que ficaram três deliberações para esta reunião, que
103 foram remetidas para todos os membros, que foi dado um prazo para o envio das sugestões e que o
104 grupo de trabalho voluntário se reuniu no dia anterior. Agradeceu a boa vontade e o bom trabalho
105 realizado pelo grupo e informou que a segunda e a terceira deliberações foram fundidas. Destacou a
106 presença do Sr. Moacir Arruda e da Sra. Lúcia Alcântara do IBAMA, que foram convidados a
107 participar desta reunião. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Mauro Pichorim apresentar a
108 primeira deliberação. O Sr. **Mauro Pichorim** sugeriu realizar a leitura das deliberações item por
109 item, uma vez que elas foram resultado do Grupo de Trabalho e só foram disponibilizadas no início
110 da reunião. Seguiu para o item 4.1.1 e fez a leitura da Minuta de Deliberação sobre a criação,
111 implantação e implementação de Áreas Protegidas através de planejamento sistemático para a
112 conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma Caatinga. O Sr. **Braulio Dias** propôs a
113 alteração do Art 3 para parágrafo do Art 2, devido a proximidade dos assuntos. Desta forma o Art 4
114 foi renumerado para Art 3 e assim por diante. Por sugestão da Sra. **Adriana Tescari**, o texto do Art.
115 3 foi modificado de “...conforme estabelecido pela CDB...” para “... conforme estabelecido pela
116 *Decisão VII/30* da CDB...”. O Sr. **Braulio Dias** ressaltou que a Foz do Rio São Francisco não está
117 localizada no bioma Caatinga e propôs a retirada do item II do Art 5. O Sr. **Wilson Loureiro** pediu
118 a palavra para manifestar seu contentamento com o texto destes primeiros artigos. A Sra. **Joenia**
119 **Carvalho** pediu a palavra para destacar alguns problemas relacionados a UCs e Terras Indígenas e
120 citou o caso do Parque Monte Pascoal. A Sra. **Iolita Bampi** considerou que a questão de
121 sobreposição e conflitos com Terras Indígenas é muito relevante, que é um dos temas prioritários do
122 Plano Nacional de Áreas Protegidas, mas sugeriu que ele seja discutido em outro momento, a não
123 ser que o tema seja tratado para o Bioma Caatinga. A Sra. **Márcia Chame** também achou que esse
124 assunto deveria ser tratado em outra reunião, uma vez que na Caatinga os grupos indígenas são
125 muito pequenos e as suas áreas não estão sobrepostas às UCs. A Sra. **Joenia Carvalho** concordou

126 que a questão das Terras Indígenas fosse tratada em outra reunião da CONABIO. Seguiu-se para o
127 Art 5, e por sugestão da Sra. **Márcia Chame** foram incluídos os estados que abrangem cada região
128 citada. O Sr. **Luiz Dombeck** informou que o MI possui um programa chamado “ Conviver” que
129 trabalha em boa parte do semi-árido e outro programa interministerial que está trabalhando com o
130 processo de desenvolvimento da região, onde foram divididas várias subáreas e diversas ações vêm
131 sendo desenvolvidas nas regiões. Ele considera que seria importante verificar se não existe conflito
132 de ações governamentais nas mesmas áreas. O Sr. **Braulio Dias**, considerou que não existe
133 problema na indicação das áreas, uma vez que não há uma delimitação específica, mas sim um
134 destaque da importância destas áreas. Explicou que para qualquer lugar que se propõe a criação de
135 uma nova UC existe um processo em que são realizados estudos específicos e consultas públicas. O
136 Sr. **Paulo Kageyama** passou a palavra para o Sr. **Mauro Pichorim** realizar a leitura do texto do Art
137 6 que foi alterado de “...e o Parque da Serra da Confusões e o da Caatinga.” para “...e o Parque da
138 Serra da Confusões e o *Corredor Ecológico* da Caatinga.” Seguiu-se para o Art 7. A Sra. **Márcia**
139 **Chame** sugeriu a inclusão de um parágrafo que fale da adequação da implementação e gestão dos
140 planos de manejo da Caatinga com relação a algumas questões regionais. Após diversas discussões
141 o Sr. **Paulo Kageyama** solicitou que a Sra. **Márcia Chame** elaborasse um parágrafo único. A Sra.
142 **Ivaneide Bandeira** citou que no Bioma Caatinga existem 12 Terras Indígenas e sugeriu que seja
143 acrescentado um plano de gestão para Terras Indígenas. O Sr. **Clóvis Andrade** falou das
144 dificuldades de dar sustentabilidade aos Parques e considerou que um plano de gestão deveria
145 incluir formas de dar sustentabilidade para estas áreas. Sugeriu a criação de um artigo e de um
146 grupo de trabalho para tal assunto. O Sr. **Paulo Kageyama** opinou que seria interessante trabalhar
147 em um instrumento que englobasse todos os biomas. A Sra. **Iolita Bampi** informou que uma das
148 linhas temáticas do Plano Nacional de Áreas Protegidas é a sustentabilidade das unidades de
149 conservação e que este assunto está em andamento. O Sr. **Braulio Dias** retornou à questão sobre as
150 Terras Indígenas, informando que estas estão dentro do conceito moderno de áreas protegidas,

151 tendo sido aprovado na COP7 um plano de trabalho sobre o tema. Além disso as Terras Indígenas
152 estão dentro do plano estratégico de áreas protegidas aprovado pelo CONAMA este ano. No
153 entanto, esta é uma questão nova e ainda não há um plano para trabalhar a conservação da
154 biodiversidade nas Terras Indígenas. O Plano Nacional de Áreas Protegidas inclui não só Terras
155 Indígenas mas também quilombolas e outras áreas, que possam contribuir para a conservação da
156 biodiversidade, mas não há como tratar aplicar o conceito atual de Planos de Manejo para áreas
157 protegidas em Terras Indígenas, pois as comunidades possuem o usufruto dos recursos destas áreas.
158 A Sra. **Ivaneide Bandeira** comentou sobre a existência de planos de gestão para Terras Indígenas,
159 onde se discute a questão da biodiversidade. Sugeriu que o *caput* da Deliberação seja alterado caso
160 não se incluam as Terras Indígenas como áreas protegidas. A Sra. **Iolita Bampi** considerou que o
161 Plano Nacional de Áreas Protegidas contempla Terras Indígenas, mas houve pouco avanço nestes
162 temas. Informou que houve articulação com FUNAI e outras Insituições que resultou no GEF
163 indígena, que visa diagnosticar, definir ou avaliar as metas de conservação de Terras Indígenas. O
164 grande avanço é que Terras Indígenas fazem parte do plano de áreas protegidas. Concluiu que não
165 saberia como incluir estes pontos nesta deliberação. A Sra. **Márcia Chame** propõe que se discuta
166 esse assunto em outra reunião da CONABIO. Sra. **Joenia Carvalho** considerou que o tema é
167 importante e que deve se tornar prioridade, e que a discussão não deve ficar afastada dos demais
168 biomas. A Sra. **Iolita Bampi** considerou que o tema é importante e que deveria ser discutido
169 posteriormente, mas que deve-se fechar a discussão da presente Deliberação. A Sra. **Ivaneide**
170 **Bandeira** propôs que fosse incluída ao final da Deliberação a recomendação de que Terras
171 Indígenas sejam tratadas como Áreas Protegidas. O Sr. **Paulo Kageyama** pede que Sra. **Ivaneide**
172 **Bandeira** elabore uma minuta de um artigo final incluindo essa recomendação e segue para a
173 discussão do Art. 8. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu a remoção da palavra “situação” e o Sr. **Clóvis**
174 pede a inclusão do MCT. O Art. 9 não sofreu alteração. A Sra. **Márcia Chame** sugeriu a inclusão
175 do MMA no Art 10. A Sra. **Iolita Bampi** sugeriu adequar a redação do Art 11 à terminologia da

176 CDB. Seguiu-se para o Art. 12. A Sra. **Márcia Chame** sugeriu a inclusão dos co-gestores das
177 Unidades de Conservação neste artigo. Após ampla discussão em torno da aplicabilidade e
178 jurisprudência do texto do Art 13, o Sr. **Marcelo Sampaio** sugeriu uma nova redação, apoiada pela
179 maioria: “Recomendar ao MMA e ao MJ a criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional para
180 coordenar ações sistemáticas de educação, fiscalização e repressão voltadas a coibir a perda de
181 biodiversidade no bioma Caatinga”. Em seguida foi passado ao Artigo 14 e, após considerações de
182 diversos representantes, foi proposto pelos Srs. **Braulio Dias** e **Marcelo Sampaio**, a alteração da
183 redação para “Recomendar aos órgãos gestores de Unidades de Conservação a criação e
184 implementação efetiva dos conselhos de gestão previstos na Lei do SNUC, com o envolvimento
185 adequado de universidades e institutos de pesquisa”. Seguiu-se para a avaliação do Artigo 15. A
186 Sra. **Ivaneide Bandeira** levantou a questão das competências legais de diferentes instituições no
187 estabelecimento de assentamentos, que é responsabilidade do INCRA. A Sra. **Márcia Chame**
188 alertou ao fato de diferentes instituições licenciarem assentamentos ao lado de unidades de
189 conservação. A Sra. **Iolita Bampi** sugeriu a inclusão dos outros órgãos gestores do SNUC. O Sr.
190 **Marcelo Sampaio** lembrou que todo empreendimento situado no entorno de Unidades de
191 Conservação deve ser aprovado pelo gestor da Unidade de Conservação e que talvez não exista base
192 legal para recomendar ao IBAMA para não autorizem assentamentos no entorno de UC. Após
193 consenso, o texto foi alterado para “Recomendar ao INCRA o não assentamento de comunidades
194 humanas nas áreas de entorno de Unidades de Conservação na Caatinga e aos órgãos gestores do
195 SNUC que não concedam licenciamento ambiental de assentamentos humanos no entorno de
196 Unidades de Conservação do bioma”. Seguiu-se então à discussão do Art. 16. O Sr. **Marcelo**
197 **Sampaio** perguntou se as solicitações presentes no artigo já não constam dos estudos de
198 licenciamento. A Sra. **Fani Mamede** informou que as solicitações feitas vão além do licenciamento
199 ambiental do assentamento. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que tais informações fossem repassadas
200 com o objetivo de auxiliar o processo de revisão das áreas prioritárias para conservação do bioma

201 Caatinga. O Sr. **Paulo Kageyama** passou a palavra à Sra. **Ivaneide Bandeira** para proceder à
202 leitura da minuta de artigo sobre proteção da biodiversidade em Terras Indígenas. A Sra. **Ivaneide**
203 **Bandeira** leu a seguinte minuta “Recomendar ao MMA e ao demais órgãos e comissões envolvidas
204 a realização de uma reunião para deliberar sobre Terras Indígenas e o planejamento do uso
205 sustentável da biodiversidade”. A Sra. **Márcia Chame** sugeriu que esta proposta fosse encaminhada
206 à CONABIO como tema de discussão e não como artigo na deliberação da Caatinga, sugestão
207 acatada por todos os presentes. O Sr. **Paulo Kageyama** colocou a minuta da Deliberação sobre
208 criação, implantação e implementação de Áreas Protegidas por meio de planejamento sistemático
209 para a conservação e uso sustentável da biodiversidade do bioma Caatinga em votação, que foi
210 aprovada por unanimidade. Às 12h45min foi feita uma pausa para o almoço. O Sr. **Paulo**
211 **Kageyama** reabriu a reunião às 14h45min e passou a palavra ao Sr. **Mauro Pichorim** realizar a
212 leitura da segunda minuta da Deliberação “Estratégias que visam incorporar o uso sustentável em
213 processos produtivos que utilizam a biodiversidade da Caatinga e medidas relacionadas ao
214 financiamento de projetos ligados à conservação e ao uso sustentável do bioma”, que foi a fusão da
215 segunda e da terceira minutas da pauta. O Sr. **Mauro Pichorim** procedeu à leitura do Art. 1. Por
216 solicitação da Sra. **Fani Mamede** foi incluído o MDA. O Sr. **Ângelo Greco** sugeriu que na alínea
217 “a” do segundo item, o termo “reserva legal respeitada (averbada)” fosse removido, por considerar
218 que isso limita o número de produtores passíveis de apoio. O Sr. **Marcelo Sampaio** concordou com
219 o Sr. **Ângelo Greco** e propôs a inclusão da aquicultura familiar na alínea b do Inciso II. O Sr.
220 **Antônio Edson** propôs a inversão da ordem dos ministérios na redação do artigo. A Sra. **Lúcia**
221 **Alcântara** sugeriu que a manutenção do termo “reserva legal averbada” atuaria como incentivo
222 para os proprietários averbarem suas reservas. O Sr. **Wilson Loureiro** concordou com a
223 manutenção do termo “averbada” e afirmou que são urgentes projetos e programas que apoiem o
224 pequeno agricultor a averbarem suas reservas legais. A Sra. **Márcia Chame** defendeu a
225 manutenção do termo “averbada” e sugeriu criar mecanismos para facilitar a averbação pela

226 população mais carente, como tornar a averbação gratuita nos cartórios. A Sra. **Fani Mamede**
227 propôs que o governo poderia subsidiar a averbação das reservas legais, com base nos subsídios a
228 fundo perdido do MDA. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que fosse incluído o termo “produção
229 sustentável” no início de cada alínea, bem como a manutenção do termo “averbado” ao final da
230 alínea a, como estímulo e não como uma restrição. O Sr. **Marcelo Sampaio** falou que deveria ser
231 recomendado ao MDA o estímulo à averbação das reservas legais, especialmente das propriedades
232 rurais de proprietários carentes, inclusive como instrumento para facilitar a estes proprietários o
233 acesso a outros benefícios. A Sra. **Ivaneide Bandeira** defendeu a manutenção do termo “averbada”,
234 e alertou que qualquer apoio deva ser dirigido aos proprietários carentes. Por sugestão do Sr.
235 **Marcelo Sampaio** foi incluso um terceiro inciso ao artigo com a seguinte redação “recomendar ao
236 MDA o direcionamento de investimentos para oportunizar a averbação de Reservas Legais de
237 pequenas propriedades”. O Sr. **Braulio Dias** colocou que o artigo não apresenta critérios de
238 restrição, mas sim para priorização da aplicação de recursos. O Sr. **Paulo Kageyama** pediu
239 objetividade na discussão e passou ao Art. 2. A Sra. **Fani Mamede** sugeriu incluir no artigo o MDA
240 e o Sr. **Marcelo Sampaio** a inclusão da SEAP/PR. Passou-se à leitura do Art. 3, que foi aprovado
241 sem alterações. A Sra. **Fani Mamede** sugeriu incluir o MAPA na redação do Artigo 4, bem como a
242 remoção do PRONAF para permitir o acesso aos recursos do MAPA. Modificações na redação do
243 artigo foram propostas pelo Sr. **Marcelo Sampaio**, pelo Sr. **Braulio Dias** e pela Sra. **Fani**
244 **Mamede**. O Sr. **Clóvis Andrade** afirmou que a grande dificuldade é garantir o acesso dos pequenos
245 proprietários ao recurso e que o governo deve buscar facilitar este acesso junto às instituições
246 financeiras. O Sr. **Antônio Edson** discorreu sobre a possibilidade de que a manutenção da
247 vegetação nativa seja usada como garantia às instituições financeiras. O Sr. **Aladin Gomes** afirmou
248 que o problema não é criar novas fontes de financiamento, mas garantir o acesso ao crédito
249 existente. O Sr. **Paulo Kageyama** afirmou que a adimplência ambiental pode ser usada como
250 garantia e passou ao Art. 5. A Sra. **Fani Mamede** falou que o Protocolo Verde não é um documento

251 orientador e não deve aparecer como uma norma, pois ele é um acordo informal e não pode ser
252 tratado como lei. O Sr. **Marcelo Sampaio** afirma que o inciso I deveria estar antes dos parágrafos.
253 O Sr. **Paulo Kageyama** passou para o Art. 6. A Sra. **Ivaneide Bandeira** propôs que o MMA crie
254 um Grupo de Trabalho e não uma Força Tarefa, devido às especificidades da ação. A Sra. **Fani**
255 **Mamede** sugere que apenas o Item 4 trate de assuntos que não foram contemplados em outras
256 deliberações. O Sr. **Braulio Dias** observou que Grupos de Trabalho ou Forças Tarefas não possuem
257 capacidade de elaborar um diagnóstico e que o IBAMA mantém um banco de informações sobre os
258 usuários de recursos naturais. O Sr. **Marcelo Sampaio** apresentou uma proposta de redação
259 “recomendar ao MMA que contemplem em seu PPA ação orçamentária com vistas a: (...)”. A Sra.
260 **Iolita Bampi** informou que o IBAMA possui o Cadastro Técnico Federal, onde todos usuários de
261 recursos de fauna e flora fazem seu registro. O Sr. **Braulio Dias** perguntou se o IBAMA poderia
262 compilar estes dados. O Sr. **Antonio Edson** afirmou que parte do que está proposto o IBAMA já
263 executa. Pequenas mudanças de redação foram propostas pelo Sr. **Braulio Dias**, Sr. **Marcelo**
264 **Sampaio** e Sra. **Fani Mamede**. Passou-se então ao Art. 7, que foi aprovado sem alterações. Neste
265 instante a Sra. **Ivaneide Bandeira** informou que estava se ausentando e lembrou a todos sobre a
266 recomendação à CONABIO acerca da biodiversidade de Terras Indígenas. Passou-se então para a
267 discussão do Art. 8. O Sr. **Marcelo Sampaio** solicitou informações sobre a operacionalização do
268 artigo e propôs algumas mudanças na redação do artigo. Neste momento foi lido o Art. 9. O Sr.
269 **Paulo Kageyama** sugeriu mudanças na redação. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que eventuais dúvidas
270 fossem passadas ao Banco Central. O Sr. **Marcelo Sampaio** afirmou que o BC não poderia realizar
271 tais estudos pois não possui competência de elaborar leis. O Sr. **Clóvis Andrade** sugeriu que os 3
272 Ministérios envolvidos (MAPA, MDA e MMA) se articulassem para criar um grupo de estudo
273 sobre o tema e o Executivo encaminharia a proposta para sua efetivação. O Sr. **Braulio Dias**
274 informou que seria necessária a contratação de serviços especializados para elaboração dos estudos.
275 O Sr. **Marcelo Sampaio** recomendou que o MMA elaborasse a proposta de forma coordenada com

276 os demais Ministérios diretamente envolvidos. Em seguida a deliberação foi colocada em votação e
277 foi aprovada com uma abstenção do Sr. **Marcelo Sampaio**. O Sr. **Paulo Kageyama** propôs deixar a
278 análise da Deliberação que cria a câmara técnica permanente sobre espécies exóticas e invasoras
279 para a próxima reunião. Neste momento, a Sra. **Iolita Bampi** solicitou que o Sr. **Hugo Vercillo**,
280 Coordenador de Fauna Invasora e Exótica do IBAMA apresentasse a análise técnica realizada pela
281 equipe de técnicos da Coordenação e que esta deliberação fosse o primeiro item de pauta da
282 próxima reunião. A Sra. **Joenia Carvalho** pediu espaço para falar sobre o GEF Indígena, talvez em
283 uma reunião extraordinária. O Sr. **Paulo Kageyama** afirmou que poderia incluir este tema como
284 pauta da próxima reunião ordinária. O Sr. **Marcelo Sampaio** informou que o CONAMA criou na
285 Câmara Técnica de Fauna e Recursos Pesqueiros um Grupo de Trabalho para tratar da questão de
286 espécies exóticas em ambientes aquáticos. Afirmou que, dada a importância da matéria e a
287 necessidade de uma deliberação com cunho normativo sobre o tema, acredita que seria importante
288 propor ao CONAMA a criação de uma Câmara Técnica Permanente para tratar do tema no âmbito
289 do CONAMA, visando contemplar grupos afetados por espécies invasoras. Neste momento foi dada
290 a palavra ao Sr. **Hugo Vercillo** que afirmou que o IBAMA encaminhou ao CONAMA uma análise
291 sobre o tema, mas que nenhuma recomendação foi acatada. A maior proposição foi para tornar a
292 discussão mais ampla e aberta no âmbito da Câmara Técnica do CONAMA. O Sr. **Marcelo**
293 **Sampaio** questionou o que seria tornar o caráter da Câmara Técnica mais amplo. O Sr. **Hugo**
294 **Vercillo** disse que a proposta era fazer com que a Câmara Técnica se torne uma instância assessora
295 da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que apenas o plenário da CONABIO possui caráter
296 deliberativo e que é comum a existência de colegiados para deliberar sobre recursos naturais e
297 sugeriu que uma pessoa do CONAMA seja convidada para apresentar a Câmara Técnica de
298 espécies ameaçadas e invasoras. O Sr. **Marcelo Sampaio** reafirmou que a proposição da Câmara
299 Técnica irá fazer com que ela contemple diversas ações do CONAMA e que seria interessante a
300 CONABIO recomende ações ao CONAMA, com base nas decisões da Câmara. A Sra. **Iolita**

301 **Bampi** afirmou que é necessária uma melhor articulação entre a CONABIO e o CONAMA. O Sr.
302 **Paulo Kageyama** afirmou que o MMA já realizou um simpósio sobre espécies ameaçadas e passou
303 a palavra ao Sr. **Lídio Coradin**, que afirmou o interesse do Governo em avançar na discussão do
304 processo e que a própria Ministra do Meio Ambiente sugeriu a criação da Câmara Técnica dentro
305 do CONAMA e reafirmou a importância desta discussão na CONABIO. Por solicitação do Sr.
306 **Lúcio Flores**, o Sr. **Paulo Kageyama** afirmou que o tema GEF Indígena será incluído dentro da
307 pauta da próxima reunião da CONABIO. O Sr. **Marcelo Sampaio** afirmou que o tratamento dado
308 pelo Brasil ao tema das espécies invasoras ainda está muito aquém do que seria necessário e que o
309 tema deveria ser tratado com mais atenção na sua normatização e externou preocupação quanto às
310 atribuições das Câmaras Técnicas do CONAMA e da CONABIO. A Sra. **Iolita Bampi** afirmou que
311 este tema deve ser discutido não só no CONAMA, mas também na CONABIO, sendo que a
312 discussão do tema na próxima reunião é de interesse do IBAMA. O Sr. **Braulio Dias** informou que
313 as sugestões para a próxima reunião devem ser encaminhadas por e-mail. O Sr. **Marcelo Sampaio**
314 lembrou que a CONABIO deverá convidar o presidente da Câmara Técnica do CONAMA e o Sr.
315 Nilo Diniz para a próxima reunião. O Sr. **Lídio Coradin** distribuiu documentos assinados pela
316 Ministra do Meio Ambiente por ocasião do Dia Mundial da Biodiversidade. Neste instante o Sr.
317 **Paulo Kageyama** passou aos informes, item 5.1 - Câmara Técnica permanente para finalização e
318 monitoramento da implementação do Pan-Bio. O Sr. **Braulio Dias** introduziu o assunto,
319 informando as competências e objetivos da Câmara Técnica. Comunicou que foram feitas reuniões
320 internas na DCBIO com o objetivo de ajudar a orientar a implementação da Câmara do Pan-Bio e
321 que as idéias levantadas seriam apresentadas na CONABIO antes de convocar uma reunião de
322 instalação da Câmara. O Sr. **Braulio Dias** passou a palavra à Sra. **Andreína D'Ayalla**, que
323 apresentou a proposta de implementação e atividades da Câmara Técnica do Pan-Bio. Iniciou sua
324 apresentação afirmando que deveria haver uma maior atenção ao sistema de gestão e propôs que a
325 Câmara Técnica seja dividida em três grupos de trabalho: informação, articulação e capacitação.

326 Falou sobre a necessidade de promover a articulação e a coordenação com outros programas e
327 projetos já existentes, atuando na transversalidade entre Esferas e Poderes de Governo. Informou
328 sobre a meta de implantação de um sistema de informação sobre biodiversidade e divulgação do
329 Pan-Bio. Falou da importância de promover a troca de experiências entre países signatários da
330 CDB. Informou que as metas de capacitação envolvem a formação de agentes locais em
331 biodiversidade, a criação de um Centro Brasileiro de Monitoramento da Biodiversidade, parceria
332 com a Escola Nacional de Administração Pública, articulações com MEC, CAPES, cursos de pós-
333 graduação profissionalizantes, bem como somar com ações já existentes. O Sr. **Wilson Loureiro**
334 comentou sobre a urgência na instalação da Câmara e que deve-se atuar na linha da boa governança
335 como elemento para conservação da biodiversidade para ajudar na formulação das políticas
336 ambientais estaduais. O Sr. **André Fenner** sugeriu que os grupos de trabalho da Câmara fossem
337 ampliados com a incorporação de mais entidades. O Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu a apresentação
338 e passou ao item 5.2 - Novas regras para alocação dos recursos GEF. O Sr. **Braulio Dias**
339 comunicou que os informes referentes ao Pan-Bio e demais assuntos seriam repassados aos
340 membros. Explicou que o GEF funciona em etapas, que se iniciam com acordos de doação. Para
341 iniciar o GEF 4 é necessário concluir um processo de recapitalização, que está atrasado devido ao
342 acordo entre doadores. Informou que a proposta dos Estados Unidos visa diminuir sua doação ou a
343 adoção de novas regras para alocação de recursos. Estas regras estão sendo acatadas por todos os
344 outros países doadores, o que tem atrasado a implementação do GEF4. Resumiu que as novas regras
345 envolvem ao menos duas questões, que são a alocação prévia dos recursos pelos países proponentes
346 e o quanto cada país pode solicitar ao GEF, acabando com o “balcão” de projetos. Além disso, o
347 GEF4 prevê um teto de recursos para cada país nos temas biodiversidade e mudanças climáticas.
348 Para o Brasil, o teto provisório para biodiversidade é de US\$ 56 milhões para os próximos 4 anos.
349 Que o Brasil deverá ter um critério prévio de alocação de recursos, com destinações do recurso para
350 cada meta, definidos até Setembro. Informou que foi feito um levantamento dos projetos brasileiros

351 propostos ao GEF4, e que os mesmos se encontram em diferentes fases de implementação. O valor
352 total destes projetos somam mais de US\$ 100 milhões, quase o dobro do teto previsto ao Brasil.
353 Disse que existe um processo de discussão interna para avaliar as novas orientações para
354 encaminhar à SEAIN a posição do governo brasileiro ao GEF. Que esta decisão indica que o
355 processo de seleção de projetos será dinâmico, com base nas prioridades de governo. Informou que
356 foi feita uma análise preliminar das propostas de projetos encaminhadas ao GEF com base na sua
357 distribuição pelos temas da biodiversidade e biomas, seguindo a política de conservação da
358 biodiversidade, cujo objetivo é sinalizar sobre o apoio a diferentes propostas. O cronograma, no
359 entanto, depende do SEAIN. Desta forma, qualquer posição governamental sobre o GEF Indígena
360 só poderá ser apresentada em Dezembro. A estratégia para a implementação dos projetos envolve
361 diminuir o custo dos projetos ou dividir projetos grandes em fases, contando com recursos de uma
362 outra etapa do GEF. Em seguida, o Sr. **Braulio Dias** respondeu algumas perguntas e solicitou ao Sr.
363 **Mauro Pichorim** que enviasse as informações sobre os projetos aos membros. O Sr. **Lídio**
364 **Coradin** apresentou o informe do item 5.2, sobre as solenidades do Dia Internacional da
365 Biodiversidade, onde foram assinados três documentos incluindo o memorando de adesão ao
366 Programa Global sobre Espécies Invasoras e espécies ameaçadas de extinção - GISP. O GISP, com
367 sede na África do Sul, convidou o Brasil para aderir à iniciativa de elaborar um programa piloto
368 mundial sobre espécies exóticas e invasoras, cujo foco é apoiar os países a atingirem as metas da
369 CDB para 2010. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que a participação do Brasil será principalmente na
370 elaboração de ações no país, bem como no intercâmbio de informações. O Sr. **Lídio Coradin**
371 lembrou que no Portal do Ministério do Meio Ambiente existe um sítio sobre espécies exóticas
372 invasoras, incluindo resultados do I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras.
373 Informou ainda que o sítio do GISP é www.gisp.org. Com relação às espécies ameaçadas de
374 extinção, comunicou que a Ministra assinou o protocolo de intenções para implementação no Brasil
375 da Aliança Brasileira para a Extinção Zero, que já conta com a adesão de mais de 40 instituições,

376 que visam unir esforços, atribuições e atividades para diminuir as listas das espécies ameaçadas.
377 Disse também que foi lançado o Fórum Brasileiro pela Extinção Zero, para discutir metas e ações
378 pela sociedade. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que o Fórum não possui competência concorrente
379 com a Câmara, mas sim um caráter agregador e que o Brasil foi o primeiro país a aderir e
380 implementar uma ação nacional pela Extinção Zero. Informou ainda que ele irá fazer parte do novo
381 painel internacional do GEF, como especialista em biodiversidade. Neste momento o Sr. **Paulo**
382 **Kageyama** parabenizou o Sr **Braulio Dias**, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às
383 17h55min. Eu, Gláucia Jordão Zerbini, por solicitação do presidente da mesa, lavrei a presente ata.

384

385

386

387

388

389

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

390

Secretário de Biodiversidade e Florestas

391

Presidente da CONABIO